

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 14/04/2015

- [Ebola - crianças de Serra Leoa começam a voltar às aulas](#)
- [Um manifesto da sociedade contra a redução da maioridade penal](#)
- [Dilma Rousseff publica texto contra redução da maioridade penal e a favor do ECA](#)
- [O que é ser jovem aprendiz no Brasil?](#)
- [20 dos 26 deputados da comissão especial defendem redução da maioridade penal](#)
- [Projeto destina recursos para berçários e creches em presídios](#)
- [CPI da Violência Contra Jovens Negros ouve pesquisador do Ipea](#)
- [Mãe reencontra filhas através da pulseira do Praia Limpa, no Recife](#)
- [Olimpíada de matemática tem recorde de escolas e 18 milhões de alunos](#)
- [Número de menores infratores aumentou em Caruaru](#)
- [Manifestações marcam um ano do sequestro de garotas pelo Boko Haram](#)
- [Sonho realizado - menina sertaneja ganha livros para biblioteca](#)
- [Professor - como agir diante de um possível caso de abuso sexual](#)

Assunto: Ebola - crianças de Serra Leoa começam a voltar às aulas

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 14/04/2015



Surto já matou 10.500 pessoas, quase todas em Serra Leoa, na Libéria e na Guiné-Conacri (EPA/Agência Lusa/Direitos Reservados) EPA/Agência Lusa/Direitos Reservados

Cerca de 1,8 milhão de crianças de Serra Leoa começam a voltar hoje (14) gradualmente à escola, mais de oito meses depois da suspensão das aulas para conter a propagação do vírus ebola. As salas de aulas têm estado vazias desde que o governo anunciou estado de emergência, em julho de 2014, em resposta ao surto que já matou 10.500 pessoas, quase todas em Serra Leoa, na Libéria e na Guiné-Conacri.

Mais de 3.800 mortes ocorreram em Serra Leoa, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

“Isso é um passo muito importante na normalização da vida no país”, disse o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em Serra Leoa, Roeland Monasch, em comunicado.

“Educação para todos é uma parte fundamental do processo de recuperação”, acrescentou.

Com a diminuição do índice de novas infecções, o início da reabertura das aulas foi marcado para 30 de março, mas o registro de novos casos, sobretudo em torno da capital, Freetown, e em três distritos ocidentais, fez com que fosse adiado para hoje.

Em seu último balanço, a OMS indicou que na semana até 5 de abril foram registrados 9 casos de ebola em Serra Leoa, depois de, na semana anterior, terem sido registrados 25. Foi a quinta queda semanal consecutiva e o menor número de casos em uma semana, em quase um ano.

Para garantir a segurança dos alunos, o Unicef deu curso de formação sobre prevenção do ebola a cerca de 9 mil professores.

Assunto: Um manifesto da sociedade contra a redução da maioridade penal

Fonte: Promenino

Data: 14/04/2015

Promenino



O Grupo de Trabalho (GT) Criança e Adolescência da Rede Nossa São Paulo elaborou um manifesto contra a redução da maioridade penal, que está em debate no Congresso Nacional. O documento conta com a assinatura de entidades como o Instituto Polis, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), o Fórum Paulista de Educação

Infantil (FPEI) e a Associação Cidade Escola Aprendiz.

Quem quiser apoiar e assinar o documento deve enviar um e-mail de adesão para o coordenador do GT Criança e Adolescente da Rede Nossa São Paulo, Raniere Pontes: assessortecnico@gmail.com.

Leia o manifesto:

Manifestação pública da Rede Nossa São Paulo contra a redução da maioridade penal

Vivemos um cenário preocupante no Brasil em que para combater a impunidade e aumentar a segurança, vem sendo apresentadas, desde a década de noventa, alterações legislativas que endureceram o sistema penal.

Todavia, mesmo com a aplicação destas medidas, não houve de fato uma diminuição da violência e da criminalidade no país.

Agora a grande panaceia é a redução da maioridade penal. Trata-se da crença coletiva equivocada de que os “cidadãos de bem” estão à mercê de crianças e adolescentes perversos que são tratados de forma branda pelas leis do país. Acredita-se que um processo de aprisionamento que se inicie mais cedo, aos 16 anos de idade, resultaria na diminuição da violência quer seja pela via da punição exemplar e uma possível inibição do comportamento antissocial, quer seja pelo confinamento do adolescente nas unidades de privação de liberdade.

Tal perspectiva desconsidera que a violência é um fenômeno sistêmico de causas multifatoriais e que as abordagens devem ser, portanto, complexas e direcionadas não somente para o resultado, mas para as causalidades. Em países como a Espanha e a Alemanha em que houve a redução da maioria penal, constatou-se que não ocorreu a diminuição da criminalidade.

A redução da maioria penal vai frontalmente contra a Convenção sobre os Direitos da Criança ratificada pelo Brasil e por quase todos os países do mundo, com exceção dos Estados Unidos. Fere também a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na Constituição Federal de 1988, os adolescentes com menos de 18 anos são considerados inimputáveis penalmente. Mas a lei não é branda! O ECA já responsabiliza o adolescente – de 12 a 18 anos de idade – autor de ato infracional, por meio de seis diferentes medidas socioeducativas, sendo que nas situações de maior gravidade, ele cumpre medida socioeducativa de privação de liberdade. Nos atos infracionais contra a vida, os adolescentes costumam ficar um período maior privados da liberdade, se comparado ao tempo de pena para adultos que cometeram crimes equivalentes. Não é simplesmente uma questão de alteração na lei. Cabe-nos, na verdade, promover a humanização do sistema de justiça para que realmente possibilite a reinserção do adolescente na sociedade.

As estatísticas desmentem a crença de que a sociedade é vítima destes adolescentes que cometem atrocidades. Os dados do UNICEF apontam que no universo de 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 0,013% comete atos contra a vida. E a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, publica um estudo em 2014 indicando que os jovens de 16 a 18 anos são responsáveis por 0,9% do total de crimes praticados no país. Ao considerarmos apenas os homicídios e tentativas de homicídio, o percentual cai para 0,5%. Em contrapartida, o Brasil ocupa o segundo lugar no vergonhoso ranking mundial de homicídios de adolescentes. Enquanto os homicídios na população total correspondem a 4,8%, este número salta para 36,5% ao considerarmos as causas de morte por fatores externos entre adolescentes. Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência, se não houver mudanças conjunturais, teremos 42 mil adolescentes assassinados no Brasil até 2019. Os adolescentes e jovens são as principais vítimas e não os principais autores da violência na sociedade. Na maior parte, eles são negros, pobres, moradores das periferias dos grandes centros urbanos. E este fenômeno social vem se intensificando também nas cidades menores.

Na proposta da redução da maioria penal existe uma máxima de que a justiça é feita quando se pune o agressor através de uma sentença que implique em sofrimento, em castigo. Quanto mais dura a pena, entenda-se, quanto mais “cruel a pena”, mais “justiça se fez”. Não é incomum ouvirmos expressões como: “quero que a justiça seja feita e ele apodreça na prisão”. O problema é que nesta perspectiva a justiça se transforma em ato de vingança e retaliação.

Se o objetivo é a reinserção dos nossos adolescentes na sociedade, não podemos concordar com o ingresso precoce deles nas prisões. O sistema carcerário do país está em colapso e não dispõe de mecanismos socioeducativos para a recuperação de um adolescente. Nos últimos 25 anos, acompanhamos a promulgação de leis como a dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90) e de drogas (Lei nº 11.342/2006), o que resultou na superlotação das prisões, sem uma correspondente diminuição da criminalidade. Um modelo baseado no recrudescimento das leis e no aprisionamento em massa não resolve a questão da violência. É preciso que se construam políticas de segurança pública mais amplas.

A redução da maioria penal é uma solução simplista e tira a responsabilidade do Estado e da sociedade na proteção integral e no compromisso de garantir as condições para o desenvolvimento da criança e do adolescente. É apaziguar momentaneamente os clamores populares, só que fechando os olhos para a roda que alimenta este sistema de injustiças, de violações de direitos e de violência: o descaso do Estado que não garante o acesso das nossas crianças às creches e à educação de qualidade; a falta de áreas de esporte, cultura e lazer; a ausência de políticas públicas efetivas em saúde mental para o atendimento da dependência química; a ausência de políticas de combate ao desemprego e subemprego para os pais e jovens.

A nossa proposta, portanto, é que o tema do combate à violência seja tratado na sua complexidade. E que a redução da maioria penal não se apresente como uma medida compensatória pela insuficiência ou ineficácia das políticas públicas desde a primeira infância até a juventude e pela ausência de política de segurança pública no país.”

Assunto: Dilma Rousseff publica texto contra redução da maioridade penal e a favor do ECA

Fonte: Promenino

Data: 14/04/2015

Promenino

A presidente Dilma Rousseff publicou nesta segunda-feira (13), em sua página oficial no Facebook e em sua conta no Twitter, mais um texto em manifesto contra a maioridade penal.

Dilma já havia se posicionado em mídia social na semana passada, utilizando a hashtag #NãoaReduçãodaMaioridadePenal e deixando claro, em apenas duas frases, que os adolescentes não são responsáveis pela maior parte da violência praticada no País.



Nesta postagem mais recente, ela defendeu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pediu punição para os adultos que aliciam crianças e adolescentes para o crime.

Leia o texto da presidente na íntegra:

SOU CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

"Nas últimas semanas, intensificou-se o debate sobre a redução da maioridade penal no Brasil de 18 anos para 16 anos de idade. Isso seria um grande retrocesso para o nosso País. Há poucos dias, eu reiterei aqui a minha posição contrária a esse tipo de iniciativa. E mantenho minha palavra.

Reduzir a maioridade penal não vai resolver o problema da delinquência juvenil. Isso não significa dizer que eu seja favorável à impunidade. Menores que tenham cometido algum tipo de delito precisam se submeter a medidas socioeducativas, que nos casos mais graves já impõem privação da liberdade. Para isso, o País tem uma legislação avançada: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que sempre pode ser aperfeiçoado.

Acredito que é chegada a hora de ampliarmos o debate para alterar a legislação. É preciso endurecer a lei, mas para punir com mais rigor os

adultos que aliciam menores para o crime organizado.

Eu já orientei o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a dar início a uma ampla discussão com representantes das entidades e organizações da sociedade brasileira para aprimoramento do Estatuto da Criança e do Adolescente. É uma grande oportunidade para ouvirmos em audiências públicas as vozes do nosso País durante a realização deste debate.

Mas, insisto, não podemos permitir a redução da maioridade penal. Lugar de meninos e meninas é na escola. Chega de impunidade para aqueles que aliciam crianças e adolescentes para o crime."

Assunto: O que é ser jovem aprendiz no Brasil?

Fonte: Promenino

Data: 14/04/2015

Promenino



Boy, contínuo, office boy, garoto dos recados, almoxarife. Esses são, historicamente, alguns nomes dados aos auxiliares de escritório, geralmente iniciantes, que trabalhavam levando papelada para lá e para cá e cuidavam dos documentos das empresas. A profissão tanto cresceu que ganhou novas funções, cursos e até uma data comemorativa: 13 de abril, Dia do Office Boy.

A fim de assegurar que essas e outras funções executadas por jovens sejam seguras e construtivas, existe o Programa Jovem Aprendiz, que conecta a escola ao ambiente de trabalho. A iniciativa, transformada em lei, garante que garotos e garotas entre 14 e 24 anos tenha condições de se desenvolver e estudar enquanto trabalha. Afinal, o trabalho adolescente protegido deve vir como um aprendizado, orientado por um responsável, e não deve ultrapassar o máximo de seis horas diárias.

O Promenino conversou com dois jovens e com as empresas nas quais trabalham sobre a função de “office boy” e sobre a importância do Programa Jovem Aprendiz. Confira.

“O Programa Jovem Aprendiz me trouxe a experiência de trabalhar numa grande empresa”

Jonatha de Oliveira tem 20 anos e é aprendiz de auxiliar administrativo há sete meses. Quando não está na unidade dos Correios localizada na Vila Leopoldina, Zona Oeste da capital paulistana, estuda no Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), para

aprimorar os conhecimentos na área administrativa. É um aprendizado triplo para ele, que também cursa o segundo ano do Ensino Médio, no período da manhã.

Das 13h às 17h, o jovem alterna suas diárias pelos Correios ou pelo Senai e, em suas horas vagas, gosta de fazer academia e treinar. No Senai, assim como na escola regular, o estudante tem provas e trabalhos. Já nos Correios, a escola é a prática. “Eu cuido dos processos de ações diretas de sindicância. São processos internos que tratam de irregularidades dentro da empresa. Eu arquivo os processos, tiro cópias... Basicamente, cuido da papelada”, explica, didático.

Os funcionários dos Correios lhe ensinam bastante. “Sempre que tenho um processo em mãos, alguém me ajuda a entender o conteúdo”, conta. “Aqui, eles dão muita atenção ao jovem. Te motivam, te incentivam, dão conselhos. É tudo um aprendizado.”

Se quisesse, Jonatha poderia trocar de área na empresa, mas tem gostado tanto da experiência que pensa em prestar vestibular para o curso de Administração. Recomenda que outros jovens, especialmente os que ainda não completaram 18 anos, se inscrevam no projeto. “Afinal, é preciso começar de algum lugar.” Que comecemos aprendendo, então.

A Lei 10.097/2000 estabelece a obrigatoriedade das empresas de contratar jovens aprendizes em número correspondente a 5% a 15% dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento.

“O Programa propicia ao jovem formação técnico-profissional básica e desenvolvimento pessoal e, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento do país”, afirma Ângela Rosa da Silva, gerente de desenvolvimento de programas de sustentabilidade social dos Correios.

“Um adiantamento para quem quer vencer”

Robson Matheus completou 18 anos e ingressou no curso de Administração de Empresas em uma faculdade particular do bairro de Bonsucesso, no Rio de Janeiro. Quase ao mesmo tempo, tornou-se auxiliar administrativo como Jovem Aprendiz numa fábrica de cosméticos, a



Beleza Natural, onde trabalha e aprende desde janeiro. Robson chega ao seu posto de trabalho às 8h. Lida com documentos importantes que aos poucos vai decifrando e compreendendo. Sai de lá às 14h. Por volta das 15h, chega em casa, também em Bonsucesso, e quase não há tempo para abstração: já se prepara para sair e pegar o ônibus às 17h, rumo à universidade.

Além da graduação, Robson faz o curso para aprendizes no Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). No dia do curso não tem trabalho – essa é a regra para ser aprendiz. Na faculdade, conta Robson, ele aprende muita teoria, enquanto no curso de auxiliar administrativo no CIEE descobre mais coisas práticas. “Gosto de ambos”, diz. E, apesar da correria, não pretende parar de trabalhar, tampouco de estudar: quando o

período de aprendiz chegar ao fim. “Espero que exista vaga para efetivação na empresa.”

Questionado sobre a importância do programa, Robson se diz sem palavras para definir o quanto a experiência tem sido importante em sua vida. “Os jovens aprendizes têm um grande adianto, principalmente os menos favorecidos, que não têm a oportunidade de cursar uma faculdade, de sair da localidade na qual vivem. O [Programa] Jovem Aprendiz é uma grande contribuição para quem quer vencer. No final do curso, o jovem pega o diploma e isso é algo que conta no currículo.”

A despeito das boas expectativas, Robson faz um alerta. “É importante prestar atenção na descrição do trabalho do aprendiz na carteira de trabalho para saber se é coerente com a prática.” Segundo ele, existem relatos de jovens que trabalham em empresas que lhes delegam funções que não foram acordadas na contratação. “O trabalho de aprendiz deve ser fiscalizado. Se você é jovem, você tem que ser tratado como jovem”, ressalta.

Para Elizabet Alvarez, coordenadora da Área de Gente do Beleza Natural, “é natural e gratificante proporcionar a inserção do jovem no mercado de trabalho. Criamos uma possibilidade de futuro, proporcionamos a possibilidade de aprendizagem em um negócio e abrimos possibilidades de contratação como colaboradores.”

Assunto: 20 dos 26 deputados da comissão especial defendem redução da maioria penal

Fonte: Agência Câmara

Data: 14/04/2015



Um levantamento feito pela Agência Câmara aponta que 77,8% dos deputados da comissão especial que vai analisar a redução da maioria penal são favoráveis à diminuição da idade para que um jovem seja responsabilizado penalmente como um adulto. Os outros 22,2% são contrários à mudança na legislação atual. A comissão tem 27 titulares e igual número de suplentes (o levantamento não foi feito entre estes).

Entre os 21 deputados que concordam com a redução, 51,8% defendem apenas para crimes hediondos, como homicídio qualificado, latrocínio (roubo seguido de morte), estupro e sequestro. Outros 25,9% propõem que a redução alcance qualquer crime cometido.

Além disso, dos favoráveis à redução, 17 (63%) concordam com a idade de 16 anos para que um jovem responda pelo crime como adulto. Três deputados ouvidos defendem que não haja idade-limite, cabendo ao juiz definir se o adolescente irá responder ou não como adulto. E um propõe a idade de 10 anos.

MAIORIDADE PENAL

Confira os resultados do levantamento com os integrantes da comissão

O sr. é favorável à redução da maioria penal?	votos
Sím, em todos os casos	7
Sím, apenas para os crimes hediondos	14
Não	6

Se sim, para quantos anos?	votos
16	17
10	1
Qualquer idade, a critério do juiz	3

O sr. acha que o tempo de internação máximo para menores deve permanecer em três anos ou deve aumentar?	votos
Permanecer em três anos	2
Aumentar	21
Não respondeu	4

Para quantos anos?	votos
6	2
8	6
10	1
30	1
Pena proporcional ao crime	8
Outras respostas	3

Proposta

A redução da maioria para 16 anos está prevista na proposta (PEC 171/93) que será analisada pela comissão – existem outras 37 que tramitam apensadas, que propõem idades variadas.

Em comum, obviamente, todas têm como objetivo alterar a Constituição Federal, que atualmente determina que os jovens menores de 18 anos são “inimputáveis” (ou seja, não são culpáveis, como adultos, por atos criminosos).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90), que regulamentou a responsabilidade penal de menores de 18 anos, determina que os adolescentes de 12 a 17 anos podem responder por atos infracionais (crimes ou contravenções), como roubo e homicídio. Neste caso, aplicam-se medidas socioeducativas, que podem ir de advertência à internação por até três anos para os crimes mais graves, como homicídio.

A Agência Câmara procurou ouvir também os parlamentares sobre o tempo de internação para adolescentes infratores. O levantamento com os integrantes da comissão apontou que 77,8% advogam que o tempo máximo de internação deve ser superior aos atuais três anos.

Ao serem questionados sobre para quantos anos deveria ir a internação, oito deputados defenderam que ela seja proporcional ao crime, e seis que o prazo seja de até oito anos. As demais respostas foram variadas.

Crimes hediondos

O deputado Jutahy Junior (PSDB-BA) é um dos parlamentares favoráveis à redução para 16 anos para crimes hediondos. Para ele, a pena deve ser mais severa nos crimes que “demonstram a agressividade e a deturpação de caráter do indivíduo”. “Se a pessoa aos 16 anos pode votar, ela tem responsabilidade no caso de cometer um crime bárbaro”, afirmou.

Jutahy é autor de um projeto (PL 5561/13) que muda o ECA para ampliar o tempo de internação para seis anos. A proposta também estabelece que, se aos 18 anos, o jovem estiver cumprindo medida socioeducativa por crime hediondo, ele passará automaticamente para “ala especial de presídio comum”.

De acordo com o deputado, o objetivo é evitar que um jovem que cometer crime próximo aos 18 anos seja liberado ao completar essa idade. “Ele comete um crime bárbaro com 17 anos e 10 meses, e dois meses depois está livre. Isso cria um sentimento de impunidade gigantesco na população”, disse.

Cumprimento da lei

O deputado Weverton Rocha (PDT-MA), que também faz parte da comissão especial, defende tratamento mais duro para crimes hediondos, mas ele acredita que a discussão está sendo feita de forma “equivocada”.

“O grande problema, hoje, não é a redução da maioria penal, e sim o cumprimento da legislação. O que teríamos neste momento que fazer, e esse é o debate correto, era discutir e melhorar o ECA, que já prevê penas para menores infratores”, disse.

Rocha lembrou que o ECA já prevê a responsabilização penal de adolescente a partir dos 12 anos, o que, segundo ele, é uma das idades mais baixas do mundo. “Não é apenas com a redução que vamos resolver o problema. Hoje vamos botar um jovem de 16 anos numa penitenciária, num sistema que não ressocializa e, amanhã, estaremos discutindo para 14, para 10 anos”, disse.

O deputado disse que os jovens responsáveis por crimes hediondos são minoria no universo dos que cometem delitos. “O que se divulga para o povo é apenas um lado da história. Vamos fazer o povo brasileiro conhecer o sistema penitenciário do País, o quanto está sendo

investido e que precisa se investir nas políticas públicas de acesso à escola de tempo integral. Então, a gente precisa conscientizar e conhecer o outro lado também”, afirmou Rocha.

Escolha do relator

A comissão especial que vai analisar a redução da maioria penal foi criada no final de março pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e instalada na semana passada, com a eleição do deputado André Moura (PSC-SE) como presidente.

O relator deverá ser indicado nesta semana, quando também será definido o roteiro de trabalho do colegiado. Nove deputados disputam a relatoria, cuja indicação é primazia do presidente, mas geralmente é resultado de negociações políticas.

Assunto: Projeto destina recursos para berçários e creches em presídios

Fonte: Agência Câmara

Data: 14/04/2015



Deputada explica que assistência à presa grávida já é garantida por lei, mas faltam recursos para isso.

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei Complementar 13/15, da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), que determina que os recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) financiem a instalação e a manutenção de berçário, creche e seção destinada à gestante e à parturiente em presídios.



Rosângela: o direito já é garantido pela lei, mas não há recursos

O projeto altera a Lei Complementar [79/94](#), que cria o Funpen, e tramita em regime de urgência desde o dia 26 de março.

A autora da proposta ressalta que a Lei [11.942/09](#) já determina que os presídios tenham berçário, seção destinada à gestante e à parturiente, bem como creche para abrigar as crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos de idade. Porém, segundo Rosângela, muitos estabelecimentos penais não obedecem ao disposto na lei, por falta de recursos.

“Resolver o problema, determinando que os recursos do Funpen sejam aplicados também nisso, é de crucial importância para as mulheres que sofrem a dor de dar a luz a um filho em uma penitenciária”, afirma a deputada.

Para onde vai o Funpen

Hoje os recursos do fundo são aplicados, entre outras destinações, na construção e reforma de presídios; na manutenção dos serviços penitenciários; na implantação de medidas pedagógicas relacionadas ao trabalho profissionalizante do preso; na formação educacional e cultural do preso; na elaboração e execução de projetos voltados à reinserção social de presos; e em programas de assistência às vítimas de crime.

Tramitação

Sujeito à apreciação do Plenário, o projeto foi enviado para a análise das comissões de Seguridade Social e Família; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em virtude da aprovação do requerimento de urgência, o texto deverá ser analisado simultaneamente por todas as comissões ou ser votado diretamente pelo Plenário.

Assunto: CPI da Violência Contra Jovens Negros ouve pesquisador do Ipea

Fonte: Agência Câmara

Data: 14/04/2015



A CPI da Violência Contra Jovens Negros e Pobres ouve nesta tarde o pesquisador da área de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Antonio Teixeira de Lima Junior. O debate será realizado às 14h30, no plenário 14.

“Escutá-lo sobre dados e indicadores do da violência contra os jovens negros no país irá contribuir para o debate e os trabalhos da comissão”, afirma o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que propôs o encontro.

Números da discriminação

Segundo informações do Sistema de informações sobre Mortalidade e do Censo Demográfico do IBGE, de 2010, enquanto a taxa de homicídios de negros era de 36 mortes por 100 mil negros, entre os brancos esse índice era de 15,2.

Um estudo do Ipea de 2013 estima que mais de 39 mil pessoas negras são assassinadas todos os anos no Brasil, contra 16 mil indivíduos de todas as outras “raças”.

Mapa da Violência

Na semana passada, a CPI ouviu o sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz, responsável pelo estudo "Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil".

Segundo o levantamento, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Em 2012, dos 56.337 mortos por homicídios, no Brasil, 53,37% eram jovens. Destes, 77% eram negros (assim considerados a soma de pretos e pardos) e 93,3% eram homens.

Jacobo disse aos parlamentares que os principais fatores para o alto índice de homicídios de jovens negros no Brasil são a elevada taxa de impunidade e a ideia de que são os negros que moram na periferia os responsáveis pela criminalidade.

Assunto: Mãe reencontra filhas através da pulseira do Praia Limpa, no Recife

Fonte: Portal G1 PE

Data: 14/04/2015



Meninas de 6 e 7 anos se perderam na Praia do Pina, no domingo. Pulseirinhas de identificação estão entre as ações promovidas pelo projeto.



Pulseiras coloridas do Projeto Praia Limpa ajudam pais e filhos a não se perderem na orla do Recife
(Foto: Ivaldo Bezerra / Lumen Fotos)



Áreas da praia são divididas e identificadas por bandeiras coloridas, que correspondem às cores das pulseiras colocadas nas crianças

Duas crianças que se perderam da mãe, na Praia de Boa Viagem, no domingo (12), foram localizadas graças às pulseirinhas coloridas do Projeto Praia Limpa. A auxiliar de serviços gerais Juliana Conceição estava com as duas meninas – uma de 6 e outra de 7 anos – na Praia do Pina, e logo após dar um mergulho no mar, não viu mais as crianças na areia. “Meu coração quase saiu pela boca, é uma sensação que não desejo para ninguém”, desabafa.

Desesperada com a situação, ela saiu pela praia em busca das filhas, até receber uma ligação de Márcio Arruda, coordenador do Projeto Praia Limpa. “Eu percebi que as meninas estavam andando sozinhas e estavam identificadas com a cor de uma outra área da praia. Aproximei-me e identifiquei o responsável na

pulseirinha e fiz a ligação, marquei com a mãe no posto 3 e as crianças voltaram para ela”, completa Márcio.

O coordenador explica ainda que o projeto é dividido em oito postos ao longo da praia, com cores diferentes separando cada perímetro, que tem uma média de 1 km. Bandeiras com a cor similar à da área são dispostas ao longo da areia para facilitar na identificação.

Com o objetivo de ajudar nos casos de menores perdidos, o Projeto Praia Lima realiza a distribuição de pulseiras de identificação para crianças ao longo da orla de Boa Viagem, de acordo com a cor da área onde a família está. Os monitores do projeto preenchem as pulseiras com o nome e contato dos responsáveis. Além disso, a iniciativa também distribui saquinhos para o descarte consciente do lixo.

Projeto Praia Limpa

O Praia Limpa já está na rotina dos pernambucanos e é uma parceria entre a Prefeitura do Recife e a Rede Globo Nordeste, com a promoção de diversas ações de conscientização ambiental para que banhistas e frequentadores da praia a mantenham sempre limpa. Este ano, a equipe do projeto vai distribuir aproximadamente 1,5 milhão de saquinhos biodegradáveis em seis quilômetros da orla de Boa Viagem, além de dunas instaladas ao longo da praia para receber os saquinhos com os lixos dos banhistas.

Assunto: Olimpíada de matemática tem recorde de escolas e 18 milhões de alunos

Fonte: Portal G1 PE

Data: 14/04/2015



Provas da Obmep reúnem estudantes de escolas públicas de todo o país. Primeira fase será dia 2 de junho, e fase final, em 12 de setembro.



Estudantes de escolas públicas vão fazer a Obmep

Um total de 47.582 escolas de 5.528 municípios vão participar da edição deste ano da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). O número supera a marca do ano passado, com 46.712 escolas. Ao todo, estão inscritos 17.970.745 estudantes de escola públicas (veja acima reportagem sobre a Obmep). As inscrições terminaram no dia 31 de março.

Vão participar da Obmep alunos de três níveis de ensino: do 6º e 7º anos do ensino fundamental; do 8º e 9º anos do ensino fundamental; e do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio.

A prova da primeira fase será no dia 2 de junho. Os melhores classificados vão para segunda fase, que será dia 12 de setembro. A lista dos premiados será divulgada no dia 27 de novembro.

O estado São Paulo tem 3,37 milhões de estudantes inscritos. Em seguida estão Minas Gerais, com 1,89 milhão; Bahia, com 1,56 milhão; Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Pará, cada qual com quase 1 milhão de alunos inscritos.

Assunto: Número de menores infratores aumentou em Caruaru
--

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 14/04/2015



Nesta segunda-feira (13), a presidente Dilma Rousseff publicou texto em sua página no Facebook, afirmando que a redução da maioridade penal não resolverá o “problema da delinquência juvenil” no país. Na mensagem, intitulada “Sou contra a redução da maioridade penal”, Dilma disse ainda que, se a proposta virar lei, significará “grande retrocesso” para o país.

No texto, a presidente afirma que não se pode permitir a redução da maioridade penal, concluindo que “lugar de meninos e meninas é na escola. Chega de impunidade para aqueles que aliciam crianças e adolescentes para o crime”.

Embora o texto não esteja assinado – e a página da presidente seja controlada pelo PT – o Palácio do Planalto confirmou que é de autoria da presidente.

No mês passado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da proposta de emenda à Constituição (PEC), que reduz a maioridade penal no Brasil de 18 para 16 anos. Uma comissão especial foi instalada para apreciar a matéria. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apoia a redução da maioridade.

A tese de que a redução da maioridade não mudará o quadro atual é defendida por parlamentares, secretários estaduais e juristas. Dados da Funase, levantados nesta segunda-feira (13), mostram que o número de atendimentos realizado pelo órgão tem aumentado em Pernambuco, e em Caruaru. O que fornece mais munição para o debate.

De acordo com a assessoria da Funase, em janeiro deste ano foram realizados 1486 atendimentos em todo o Estado, contra 1478 menores atendidos em 2014. Já em Caruaru, este ano foram acolhidas 236 crianças e adolescentes em 2015, contra 225 no ano anterior.

Dados coletados nesta segunda-feira (13), mostram que em Pernambuco, hoje, a Funase atende à 1467. Em todo o mês de abril de 2014 foram realizados 1566 atendimentos. Em Caruaru, neste momento, são 230 crianças e adolescentes apreendidos, em abril de 2014 foram 190 internos.

Assunto: Manifestações marcam um ano do sequestro de garotas pelo Boko Haram

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 14/04/2015



Protesto mudou slogan de "Traga Nossas Garotas de Volta - Agora e Vivas" para "Nunca Serão Esquecidas" Foto: AFP

Manifestações em todo o mundo marcam nesta terça-feira (14) um ano do sequestro em massa de centenas de estudantes de uma escola em Chibok, no nordeste da Nigéria, pelo grupo extremista islâmico Boko Haram.

Com uma esperança menor em relação à possibilidade de que elas possam ser encontradas, muitos mudaram o slogan inicial de "Traga Nossas Garotas de Volta - Agora e Vivas" para "Nunca Serão Esquecidas".

Em um comunicado, o presidente eleito da Nigéria, Muhammadu Buhari, disse que não pode prometer encontrar as 219 meninas que continuam desaparecidas.

"Não sabemos se as garotas de Chibok podem ser resgatadas. Seu paradeiro continua desconhecido", afirmou. "Por mais que eu queira, não posso prometer que vamos encontrá-las."

A declaração de Buhari, um ex-ditador da Nigéria que foi eleito democraticamente em 28 de março, representa uma clara diferença em relação ao presidente Goodluck Jonathan, que,

depois de seu governo ter inicialmente negado o sequestro, fez promessas vazias de que elas seriam resgatadas.

"Ouvimos a angústia de nossos cidadãos e temos a intenção de responder de acordo", afirmou Buhari. "Essa nova abordagem também deve começar com honestidade."

Várias dezenas de garotas conseguiram escapar dos sequestradores quando eram levadas como reféns à floresta de Sambisa. Acredita-se que as 219 desaparecidas podem ter sido divididas em grupos, com algumas testemunhas afirmando que algumas foram levadas a Camarões.

O líder do Boko Haram, Abubakar Shekau, alegou que as meninas se converteram ao Islã e se casaram com combatentes do grupo.

Seu sequestro desatou comoção mundial expresso pela hashtag #BringBackOurGirls (traga nossas garotas de volta).

Ao menos 2.000 mulheres e garotas foram sequestradas pelo Boko Haram desde o início de 2014, e muitas foram forçadas à escravidão sexual e treinadas para o combate, disse a Anistia Internacional.

Centenas de meninos e adolescentes também foram sequestrados e forçados a lutar com os extremistas. O grupo matou os que se recusaram, afirmou a Anistia.

Assunto: Sonho realizado - menina sertaneja ganha livros para biblioteca

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 14/04/2015



Foi com muita emoção e gratidão que Ana Mell Araújo Rocha Silva, de apenas sete anos de idade, e seus familiares receberam o caminhão da Secretária de Estado da Educação (SEE) no sítio Encruzilhada, no município de Mata Grande, no sertão alagoano. A doação da secretaria contempla um expressivo número de livros que fará parte do acervo da biblioteca sonhada pela menina. A mobilização para criação da biblioteca foi iniciada por meio de campanha nas redes sociais iniciada pelos tios das estudante.

A secretária adjunta da Educação, Laura Souza, diz que a iniciativa de Mell é importante para o incentivo à leitura com as demais crianças de sua faixa etária. "Ficamos sensibilizados com a iniciativa de Mell em querer criar uma biblioteca e incentivar outras crianças de sua cidade a desenvolver a paixão pela leitura, hábito imprescindível para o bom desenvolvimento do aluno no decorrer de sua trajetória escolar. Em virtude disso, mobilizamos nossos técnicos para a doação destes livros paradidáticos", destacou a gestora.

A garotinha não escondia a alegria pela doação. "Estou com o coração quase saindo pela boca. Estou tão feliz, tão feliz", reconheceu a pequena Mell. Encantada ao ver seu sonho transformar-se em realidade.

"Eu agradeço à Secretaria de Educação e espero que esses livros me ajudem hoje e no meu futuro. Estes são os primeiros livros que eu recebi, estou muito feliz mesmo, é um sonho", declarou Mell.

De acordo com a mãe Alessandra Carla , um dos autores prediletos da pequena Mell é Monteiro Lobato. "O livro Aritmética da Emília foi o primeiro que trouxe para Mell. Mesmo com uma leitura complexa, voltada para estudantes de um nível maior, ela se interessou e leu tranquilamente", contou.

A origem do sonho - Segundo a avó materna, Nely Araújo Fortes, uma das grandes incentivadoras na estruturação da biblioteca no sítio, Ana Mell sempre foi apaixonada por leitura.

"Ela começou a estudar aos dois anos e sete meses. Aos cinco ela já lia tranquilamente e escrevia os primeiros bilhetinhos aos familiares. Recentemente, estávamos assistindo televisão e ela propôs formarmos uma biblioteca aqui. Eu ri, aceitei prontamente e ela escreveu o bilhete para a tia, Fafá Rocha", lembrou.

Assunto: Professor - como agir diante de um possível caso de abuso sexual

Fonte: Childhood

Data: 14/04/2015



Ilustração de Michele Iacocca para a cartilha Navegar com Segurança da Childhood Brasil

Para a educadora italiana Rita Ippolito, há quase duas décadas no Brasil e organizadora do *Guia Escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e a exploração sexual em crianças e adolescentes* (2003), uma publicação conjunta da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Ministério da Educação, a prática da cidadania passa pela escola; os professores e educadores são os protagonistas desse processo, que envolve o respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a garantia dos direitos de seus alunos. Assim, é possível que, em algum momento, o educador se depare com uma criança em situação de abuso sexual. O que fazer? A seguir, algumas breves orientações.

Suspeita – “Se o professor tem uma suspeita, é importante que ele fale com o aluno”, afirma Rita. “O primeiro interlocutor fundamental é a criança e, para isso, o educador precisa conquistar sua confiança. Afinal, se o menino ou a menina sofreu de fato um abuso, pode considerar aquele adulto também como um inimigo.”

Relato – “Uma vez que a criança deposite a confiança naquele adulto, vai contar o que está acontecendo com ela”, diz Rita. É importante que a conversa aconteça num ambiente tranquilo e seguro, sem interferência de outras pessoas. O professor deve se manter calmo, sem reações extremadas, para não influenciar o relato do aluno. “Se for necessário, deve pedir ajuda à direção da escola, sempre com discrição.”

Família – “É preciso entrar em contato com a família; mas, antes, o professor precisa ouvir da criança quais são as pessoas que ela aprova como interlocutores.”

Notificação – “Não difundir a história e agir com muita discrição, porque é um caso extremamente delicado. Também é necessário compreender exatamente o que está acontecendo com a criança”, diz Rita. “No momento em que tiver todos os indícios de que se trata mesmo de abuso, o educador deve avisar a família e notificar o Conselho Tutelar.”

Cuidado com a criança – “A criança é prioridade em toda essa história. É a parte mais vulnerável, pois passa a sentir culpa e pressão por parte da família” afirma Rita. “Muitas vezes, alguns familiares minimizam a violência à criança como se fosse um problema menor. Por exemplo: ora, como acusar o chefe da família de abuso? Por isso, a escuta, o acolhimento e a proteção do professor àquele aluno se torna muito importante. A criança se sente mais segura, se há alguém que conhece todas as minúcias de sua situação.”

Reinserção na escola – De acordo com Rita, caso a situação não tenha sido tão traumática, é possível trabalhar um programa de redução de danos para aquela criança abusada. “O histórico de abuso deve ser mantido em sigilo. É essencial respeitar a privacidade da criança. Além disso, o professor deve trabalhar a solidariedade, o respeito mútuo, compreender o tempo interno dessa criança e fazer com que ela não seja discriminada nem isolada, sendo capaz de continuar na escola e interagir normalmente com as outras crianças.”

Instituição – “O professor também precisa de suporte. Às vezes, sozinho não consegue fazer um acompanhamento adequado. Por isso, a instituição deve apoiá-lo e motivá-lo. A formação dos profissionais também se faz fundamental: saber lidar com situações de violência sexual e como atuar, a quem notificar, além de compreender o que é infância no século 21, o que diz o ECA, quais as condições sociais de seus alunos, como são suas famílias e o que fazer para garantir os direitos dessas crianças dentro da escola.”

Prevenção – Segundo Rita, é importante que as crianças e os adolescentes se conscientizem da própria sexualidade, conforme as características de cada faixa etária, e trabalhem a capacidade de falar de situações de perigo e de dizer ‘não’. “Com a orientação recebida na escola, a criança pode perceber se está sendo abusada e como ela é possível se defender”, conta. “A sexualidade precisa deixar de ser aquele monstro, aquela coisa terrível, e se tornar tema de diálogo, um assunto conversado dentro da escola de forma natural.”